



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, SAÚDE, DESPORTO E PROJETOS SOCIAIS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS
Estrada Contorno do Bosque s/nº - Sudoeste - Prédio Administrativo
CEP 70673-900 Brasília-DF
Telefone: (61) 3966-2432

PROCESSO: 60550.022308/2021-44

TERMO ADITIVO Nº 28/2024-HFA

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2021,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS E A EMPRESA BIO-
RAD LABORATÓRIOS BRASIL LTDA.**

A União, por intermédio do **HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.568.867/0001-36, com sede em Brasília-DF, na Estrada Contorno do Bosque S/Nº, Sudoeste, CEP: 70.673-900, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas do HFA, Sr. **ALBERTO MAGALHÃES NASCIMENTO - Cel Inf**, nomeado pelo Boletim Interno nº 060/HFA, de 27 de março de 2024, em sequência designado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **BIO-RAD LABORATÓRIOS BRASIL LTDA**, com sede Avenida Portugal, nº 1100 - Parte C4 - Itaquí - São Paulo - SP, CEP 06.696-060, inscrita no CNPJ sob o nº 03.188.198/0005-09, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **MARCO TÚLIO DE SOUZA MOURÃO** e pelo Senhor **FLÁVIO TEIXEIRA DE SOUZA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 60550.022308/2021-44 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 27/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é:

1.1.1. **PRORROGAR** o prazo da vigência do Contrato nº 27/2021-HFA, por um período de 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de **23 de novembro de 2024** até **22 de novembro de 2025**, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

1.1.2. **ALTERAR** a Cláusula Nona do Contrato nº 27/2021-HFA, para incluir as obrigações pertinentes à LGPD, nos termos do art. 65, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666, de 1993, contendo o seguinte teor:

9.2. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

9.2.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.2.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.2.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

9.2.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.2.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.2.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.2.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.2.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.2.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.2.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.2.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.2.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

2.1. O valor global anual da contratação é de **R\$ 3.550,45 (três mil quinhentos e cinquenta reais e quarenta e cinco centavos)**, conforme tabela abaixo:

Item	Especificações	Qtde	Valor Unitário	Valor Anual
1	HT006 Horas Técnicas manutenções preventivas	8	R\$ 417,70	R\$ 3.341,60
2	Custo Operacional	1	R\$ 208,85	R\$ 208,85
TOTAL				R\$ 3.550,45

2.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 112408/0001

Fonte de Recursos: 1000

Programa de Trabalho: 05.302.0032.20XT.0001

PTRES: 168703

Natureza da Despesa: 339039

Nota de Empenho: 2024NE2343; Data de Emissão: 07/11/2024.

3.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos

próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

4. CLÁUSULA QUARTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

4.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA- RATIFICAÇÃO

5.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

6. CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO

6.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação desde instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, de acordo com prescrito no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo aditivo vai eletronicamente assinado pelos contraentes, depois de lido e achado em ordem.

Brasília-DF, na data da assinatura.

ALBERTO MAGALHÃES NASCIMENTO - Cel Inf
Representante Legal do Contratante

MARCO TÚLIO DE SOUZA MOURÃO
Representante legal da CONTRATADA

FLÁVIO TEIXEIRA DE SOUZA
Representante legal da CONTRATADA

Testemunhas:

JULIANA BISINOTO BARRA
Chefe do Setor de Contratos do HFA

MARIA FERNANDA DAVID CEZE - 1º Ten OVT
Gestora do Contrato nº 27/2021



INTEGRANDO FORÇAS
PELO PAÍS



Documento assinado eletronicamente por **MARCO TULIO DE SOUZA MOURÃO**, **Usuário Externo**, em 13/11/2024, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO TEIXEIRA DE SOUZA**, **Usuário Externo**, em 13/11/2024, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Bisinoto Barra**, **Chefe**, em 14/11/2024, às 08:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Fernanda David Ceze**, **Assistente**, em 14/11/2024, às 08:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Magalhães Nascimento**, **Ordenador de Despesas**, em 14/11/2024, às 08:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **7553499** e o código CRC **3D4E1618**.